



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

16/03/2016

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. VARA CRIMINAL.....	2
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	3
3.2. DECISÕES.....	4 - 5
3.3. ORÇAMENTO.....	6 - 7
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DECISÕES.....	8
4.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	9
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	10
5.2. DESEMBARGADOR.....	11
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	12
6.2. DECISÕES.....	13 - 14

Acusado de tentar contra a vida de ex-companheira é condenado em Açailândia

O juiz Pedro Guimarães Júnior, titular da 1ª Vara Criminal de Açailândia, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na Câmara de Vereadores de Açailândia nesta segunda-feira (14). O réu foi Rafael Bezerra da Silva, acusado de tentar contra a vida de Poliana de Araújo Vale. Ele foi considerado culpado e recebeu a pena de 6 anos e nove meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

De acordo com a denúncia, Rafael, que é au-

xiliar de serviços gerais e mora no bairro Nova Açailândia, estava inconformado com o fim do relacionamento que mantinha com Poliana. O crime foi em dezembro de 2014. Poliana estava sentada na calçada da casa do atual namorado quando Rafael chegou e disse que iria matá-la, gritando que não admitia ser trocado por outro.

Nesse momento ele 'sacou' uma faca e teria desferido um golpe na cabeça de Poliana. Ela, para se defender, pôs o braço na

frente, levando outro golpe no punho. Nesse momento, Jairo Barbosa, atual namorado de Poliana, interveio. De acordo com testemunhas, Rafael dizia que iria matar a ex-mulher e todos os familiares dela. Poliana foi levada para o hospital e Rafael teria ido até lá, momento em que foi detido pela polícia.

Os jurados acataram a tese da acusação de tentativa de homicídio qualificado praticado pelo réu. A sessão foi presidida pelo juiz Pedro Guimarães Júnior, tendo a promotora de

Justiça Sandra Fagundes Garcia atuado na acusação e o advogado Christiano Fernandes de Assis Filho trabalhado na defesa do réu.

Na próxima quinta-feira, dia 17, acontecerá outra sessão do Tribunal do Júri, a partir das 8:30. De acordo com informações da unidade judicial as sessões do Tribunal do Júri são abertas ao público e acontecem na Câmara de Vereadores de Açailândia. O réu do júri de quinta é Marcos Jones, acusado de crime de homicídio.

CULPADO

Acusado de tentar contra a vida de ex é condenado

O juiz Pedro Guimarães Júnior, titular da 1ª Vara Criminal de Açailândia, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na Câmara de Vereadores de Açailândia. O réu foi Rafael Bezerra da Silva, acusado de tentar contra a vida de Poliana de Araújo Vale. Ele foi considerado culpado e recebeu a pena de 6 anos e nove meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

De acordo com a denúncia, Rafael, que é auxiliar de serviços gerais e mora no bairro Nova Açailândia, estava inconformado com o fim do relacionamento que mantinha com Poliana. O crime foi em dezembro de 2014. Poliana estava sentada na calçada da casa do atual namorado quando Rafael chegou e disse que iria matá-la, gritando que não admitia ser trocado por outro.

Nesse momento ele 'sacou' uma faca e teria desferido um golpe na cabeça de Poliana. Ela, para se defender, pôs o braço na frente, levando outro golpe no punho. Nesse mo-

mento, Jairo Barbosa, atual namorado de Poliana, interveio. De acordo com testemunhas, Rafael dizia que iria matar a ex-mulher e todos os familiares dela. Poliana foi levada para o hospital e Rafael teria ido até lá, momento em que foi detido pela polícia.

Os jurados acataram a tese da acusação de tentativa de homicídio qualificado praticado pelo réu. A sessão foi presidida pelo juiz Pedro Guimarães Junior, tendo a promotora de Justiça Sandra Fagundes Garcia atuado na acusação e o advogado Christiano Fernandes de Assis Filho trabalhado na defesa do réu.

Na próxima quinta-feira, dia 17, acontecerá outra sessão do Tribunal do Júri, a partir das 8:30. De acordo com informações da unidade judicial as sessões do Tribunal do Júri são abertas ao público e acontecem na Câmara de Vereadores de Açailândia. O réu do júri de quinta é Marcos Jones, acusado de crime de homicídio.

Mutirão da Cidadania atende índios em Arame

Ação do Judiciário e parceiros visa garantir aos indígenas o acesso às políticas públicas

ARAME

Até sábado, 26, a Comarca de Arame realizará o Mutirão da Cidadania, ação do Poder Judiciário do Maranhão em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Governo do Estado, o Município e o Cartório Extrajudicial de Registro.

As atividades, que começaram terça-feira, 15, acontecem em locais públicos da cidade, como o Fórum de Justiça, praças, quadras esportivas, entre outras.

Para o mutirão, estão agendadas 200 audiências de registro público de índios provenientes de mais de 20 aldeias, que fazem parte da Terra Indígena Araribóia, localizada em parte do município de Arame.

Se tudo estiver de acordo com as exigências da legislação, será garantida aos indígenas, na maioria composta de adultos, a certidão de nascimento expedida por cartório.

A partir daí, eles poderão ter acesso aos demais documentos para o pleno exercício da cidadania brasileira. “Este evento é importante, considerando que Arame, tem o 9º menor Índice de Desenvolvimento Humano do Maranhão (IDH). Desta forma, o mutirão visa promover ações com vistas a garantir o acesso às políticas públicas para indígenas e população em risco social”, informou a juíza Seleцина Locatelli.

As secretarias de Estado de Direitos Humanos e da Mulher disponibilizam durante o evento duas carretas que prestarão os serviços de orientação jurídica, exames de

MAIS

Índios serão beneficiados

Cerca de mil índios estão sendo esperados durante o Mutirão da Cidadania, em Arame. Estão agendadas 200 audiências de registro público de índios de mais de 20 aldeias, que fazem parte da Terra Indígena Araribóia.

mamografia e preventivo do câncer e ainda consultas médicas para as mulheres. E em parceria com a Prefeitura de Arame nas mesmas carretas serão oferecidos atendimentos odontológicos.

Saúde

A Fundação Nacional do Índio, através do Centro Técnico Local (CTL) de Arame, oferece atendimento médico especializado em saúde indígena, bem como, alimentação, transporte e infraestrutura para os indígenas que participarão das audiências de registro público. A estimativa é que pelo menos mil indígenas participem do evento em Arame.

“A população de Arame está sendo mobilizada por meio de chamadas em carro som e rádio comunitária local para participar dos eventos e ter ciência dos serviços oferecidos”, disse a magistrada. ●

Educação

O deputado estadual Othelino Neto (PCdoB) fez uso do grande expediente da Assembleia Legislativa para repercutir a decisão do TJMA que julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Maranhão, que questiona a Lei Estadual nº 10130/2014, de autoria do parlamentar. A lei proíbe a cobrança de taxa de reserva, sobretaxa, ou quaisquer valores adicionais para a matrícula, renovação ou mensalidade de estudantes com Down, autismo, transtorno invasivo ou outras síndromes. O parlamentar aproveitou para criticar, duramente, os argumentos e a atitude da entidade empresarial.

TJMA suspende contratações

Justiça destaca a obrigatoriedade do concurso público previsto na Constituição Estadual

Estão suspensas as contratações temporárias no Município de Tuntum. O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concedeu, em parte, medida cautelar requerida pelo Ministério Público do Maranhão (MP), para suspender a eficácia de dispositivos de lei de contratação temporária do Município de Tuntum - Lei nº 839/2015.

O colegiado avaliou que - em três

das nove hipóteses de contratação - existe uma aparente inconstitucionalidade, motivo pelo qual ficarão suspensas até o pronunciamento do Plenário sobre o mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade.

O desembargador Paulo Velten (relator) destacou a obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargos e empregos públicos. ●

Caravana da Justiça vai à Região Tocantina

O presidente do TJMA, a corregedora-geral da Justiça e o coordenador do Núcleo de Conciliação se reuniram com juízes de 18 Comarcas do Maranhão

Demandas como manutenção de prédios e substituição da frota de veículos foram temas discutidos, no último dia 14 na Comarca de Imperatriz e de mais 17 da Região Tocantina em uma reunião dos desembargadores Cleones Cunha, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça e José Luis Almeida, coordenador do Núcleo de Conciliação, com juízes de direito da região, no Fórum Senador La Rocque.

Em sua primeira visita a comarcas do interior, a corregedora-geral da Justiça falou aos magistrados sobre os planos de sua gestão, acerca das estratégias e metas traçadas, que priorizam a aproximação do magistrado com a sociedade, ampliando o acesso à Justiça e voltando as ações para o de-



Divulgação

Os desembargadores Cleones Cunha; Anildes Cruz e José Luis Almeida em reunião com juízes, em Imperatriz

senvolvimento de projetos em diversas áreas de atuação.

A desembargadora disse que é necessário pensar métodos e práticas em um modelo de gestão em que cada magistrado funcio-

Há metas para melhorias no Judiciário

ne como gestor da meta traçada visando à melhoria dos serviços judiciários. “Embora não tendo os recursos e estruturas necessárias para uma melhor prestação jurisdicional, não deixamos de distri-

MAIS

Polo Judicial de Imperatriz

O polo de Imperatriz reúne, além da sede, as Comarcas de Açailândia, Alto Parnaíba, Amarante, Balsas, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Itinga, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Riachão, São Pedro da Água Branca, Tasso Fragoso e Senador La Rocque. Em Imperatriz, funcionam 18 varas judiciais, sendo três de juizados especiais, na sede do fórum, e em mais um anexo administrativo.

buir Justiça”, disse.

Como exemplo, a desembargadora destacou o esforço concentrado da 2ª Vara da Comarca de Imperatriz, que em pouco mais de 15 dias realizou 209 audiências e proferiu 149 sentenças. Citou, ainda, o movimento “Maranhão contra a Corrupção”, realizado por juízes e promotores de Justiça, para julgar as ações de improbidade administrativa em todo o estado.

Durante a reunião, o diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Marcos Antonio Oliveira (2ª Vara Criminal), expôs algumas demandas relacionadas à manutenção do fórum local, como a necessidade de pintura do prédio e substituição da frota de veículos que servem àquela unidade judicial, onde está localizada a maioria das varas judiciais da comarca, enquanto é concluída a construção do novo fórum.

Atividades

Ontem, a corregedora participou da abertura do “Balcão de Negociação de Dívidas”, que acontecerá até sexta-feira, no Imperial Shopping. Ela visitou também a Comarca de Açailândia, onde acompanhou a implementação do projeto de audiências de custódia.

Os juízes auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça, Rosângela Praseres e José Américo Abreu Costa acompanharam a corregedora Anildes Cruz na visita à Região Tocantina, encaminhando as solicitações administrativas dos juízes em suas respectivas atribuições. ●

NA WEB

Mais notícias de Cidades em oestadoma.com

Pacovan livre

Josival Cavalcante da Silva, o "Pacovan", foi solto após TJMA acatar habeas corpus. Acusado de participar de um colossal esquema de agiotagem no Maranhão, ele deixa a cadeia com tornozeleira eletrônica e está proibido de sair do Maranhão ou passar a noite fora de casa.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau
Cep : 65076-820 - São Luís - Ma

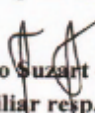
EDITAL DE CITAÇÃO E PAGAMENTO COM PRAZO DE 30 DIAS

PROCESSO Nº. 15815-93.2014.8.10.0001 (172232014)
AÇÃO: Monitória
PARTE(S) REQUERENTE(S): CIMENTO VERDE DO BRASIL
PARTE(S) REQUERIDA(S): ACAPU - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA

O Excelentíssimo Senhor Silvio Suzart dos Santos , Juiz de Direito Auxiliar resp.p/ 6ª
Vara Cível da Comarca de São Luís , Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **ACAPU - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 23661168/0001-43, atualmente em lugar incerto e não sabido, **para pagar no prazo de 15 (quinze) dias a importância de R\$ 3.615,00 (três mil reais e seiscentos e quinze reais)**, e mais despesas jurídicas. Cientificando de que cumprindo de plano o mandado, ficará isenta do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados, entretanto, estes, para o caso de não cumprimento, no percentual de 15%, ou querendo, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a defesa que tiver em forma de embargos e, se não cumprir a obrigação ou não oferecer embargos, "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial". E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito **DESPACHO:** "Considerando o prazo prescricional definido em lei para o título extrajudicial executado - Nota de Crédito Comercial - com o fim de obstar a prescrição, ressalvada a demora motivada pelos mecanismos do Poder Judiciário (Súmula 106, STJ), defiro a citação por edital das partes executadas, devendo este ser expedido, obedecendo-se ao disposto no art. 232 do CPC. Fixo o prazo de 30 dias, correndo da primeira publicação, alertando-se ainda o exequente da necessidade de publicação do edital em jornal local pelo menos duas vezes. Cumpra-se. São Luís (MA), 07 de janeiro de 2016. Wilson Manoel de Freitas Filho. Juiz Auxiliar, respondendo p/ 6ª Vara Cível" O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos 18 de fevereiro de 2016. Eu, _____, Renata Mônica Rodrigues da Silva, Secretário(a) Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.


Silvio Suzart dos Santos
Juiz Auxiliar resp.p/ 6ª Vara Cível

Balcão de Negociação reúne consumidores e empresas em Imperatriz



Divulgação

A ação integra o programa 'Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos', de iniciativa do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), cujo entendimento é de que a conciliação é a melhor via para permitir a repactuação de dívidas.

O objetivo é ampliar as oportunidades de conciliação entre empresas e clientes dos mais diversos segmentos do mercado, evitando o superendividamento e estimulando o crédito responsável e a educação financeira do consumidor.

A expectativa dos organizadores do evento é de que haja um bom volume de negociações durante o evento, a exemplo do que ocorreu em São Luís, onde o Balcão de Conciliação registrou mais de R\$ 10 milhões em dívidas renegociadas entre clientes e empresas.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (99) 3523-7592 (2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Imperatriz).

Teve início nessa terça-feira (15), no Imperial Shopping, em Imperatriz, o Balcão de Renegociação de Dívidas, onde consumidores do município, em situação de inadimplência, poderão negociar seus débitos junto a empresas e instituições, resgatando sua condição de

consumidor sem restrições.

A organização do evento – que vai se estender até o dia 18 de março – é do 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Imperatriz, com o apoio da Coordenadoria dos Juizados Especiais, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e do

Procon (Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor).

“A ideia é incentivar a cultura da negociação direta, assegurando ao cidadão a oportunidade de saldar seus débitos com condições diferenciadas”, explica a juíza Ana Beatriz, uma das coordenadoras do projeto em Imperatriz.

Aberto o "balcão de negociação" na Semana de combate ao Superendividamento

O evento, além de orientar os consumidores no processo de negociação de dívidas, também comemora o Dia Mundial do Consumidor



Eva Fernandes

O "balcão de renegociação" estará disponível para a comunidade até o dia 18 de março, das 10h às 18h, no Imperial Shopping

Foram iniciadas, na manhã dessa terça-feira (15), as atividades da 2ª Semana de Combate ao Superendividamento. Além de orientação sobre como evitar o consumo exagerado, os endividados também podem buscar atendimento no "balcão de renegociação" disponível para a comunidade até o dia 18 de março, das 10h às 18h, no Imperial Shopping.

A ação, que também comemora o Dia Mundial do Consumidor, está sendo oferecida pelo poder judiciário, em parceria com o PROCON Municipal e empresas de Imperatriz, Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, Câmara de Dirigentes Lojistas e Imperial Shopping.

De acordo com a coordenadora do Procon de Imperatriz, Tereza Perpétuo, os consumidores que desejam voltar a ter o nome limpo na praça podem se dirigir ao Balcão de renegociação de dívidas com a documentação pessoal em

mãos e solicitar atendimento. Estão envolvidas na ação as empresas Cemar, Caema, Armazém Paraíba, Óticas Maia, Friobom, Ceape, Credishop, Unimed, Colégio Adventista, Unisulma, Fest, Facimp, Banco do Brasil, Caixa, Itaú, Bradesco e os órgãos públicos Receita Municipal e Receita Estadual.

Este ano o diferencial do evento foi a participação das Receitas Estadual e Municipal. O secretário municipal da Fazenda e Gestão Orçamentária, Francisco Jerfeson Alves de Sousa, garante que esta é uma oportunidade para que os contribuintes possam ficar em dia com a Receita Municipal. "A população que se encontra irregular em relação a pagamento do ISS, IPTU. Na negociação o contribuinte pode ficar isento de 80% dos encargos. Essa é mais uma oportunidade para que todos possam se regularizar".

O prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira, comemo-

rou a parceria com o judiciário e, segundo ele, o trabalho ganha força e torna-se mais assertivo. "Essa parceria fortalece ainda mais o trabalho de defesa aos direitos do consumidor. O Procon Municipal tem se dedicado a essa defesa e, sem dúvidas, as parcerias só melhoram os resultados".

Autoridades presentes - Durante a abertura oficial do evento, autoridades do judiciário e também da prefeitura prestigiaram a solenidade. Entre os participantes estavam: o prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira; Dr. José Luís Oliveira - Desembargador e também presidente do núcleo permanente de métodos consensuais de solução de conflitos; Dr. Marcos Antonio Oliveira - juiz, diretor do fórum da comarca; Dr. Alexandre Lopes de Abreu - coordenador da mediação e conciliação no Maranhão.

Dra. Ana Beatriz Jorge de Carvalho - coordenadora da mediação e conciliação da Região Tocantina; Dr. Helelino Mota - presidente da OAB em Imperatriz; Dr. Sandro Biscaro - promotor de Justiça do Consumidor; Dr. Fábio de Carvalho - defensor público do núcleo regional de Imperatriz; secretário municipal da Fazenda e Gestão Orçamentária, Francisco Jerfeson Alves de Sousa; Dra. Tereza Perpétuo - coordenadora do PROCON Imperatriz; Dr. Cleones Carvalho - desembargador, presidente do Tribunal de Justiça. (Eva Fernandes / ASCOM)

Imperatriz

Balcão de Negociação de dívidas reúne consumidores e empresas até o dia 18

Teve início ontem (15), no Imperial Shopping, em Imperatriz, o Balcão de Renegociação de Dívidas, onde consumidores daquele município, em situação de inadimplência, poderão negociar seus débitos junto a empresas e instituições, resgatando sua condição de consumidor sem restrições.

A organização do evento – que vai se estender até o dia 18 de março (sexta-feira) – é do 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Imperatriz, com o apoio da Coordenadoria dos Juizados Especiais, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e do Procon (Instituto de Proteção e Defesa do

Consumidor).

“A ideia é incentivar a cultura da negociação direta, assegurando ao cidadão a oportunidade de saldar seus débitos com condições diferenciadas”, explica a juíza Ana Beatriz, uma das coordenadoras do projeto em Imperatriz.

A ação integra o programa ‘Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos’, de iniciativa do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), cujo entendimento é de que a conciliação é a melhor via para permitir a repactuação de dívidas. O objetivo é ampliar as oportunidades de conciliação entre empresas e clientes dos mais

diversos segmentos do mercado, evitando o superendividamento e estimulando o crédito responsável e a educação financeira do consumidor.

A expectativa dos organizadores do evento é de que haja um bom volume de negociações durante o evento, a exemplo do que ocorreu em São Luís, onde o Balcão de Conciliação registrou mais de R\$ 10 milhões em dívidas renegociadas entre clientes e empresas.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (99) 3523-7592 (2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Imperatriz).

(Ascom TJMA)

Considerada parcialmente inconstitucional lei sobre taxa de iluminação pública

O Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) deferiu medida cautelar e suspendeu – parcialmente – os efeitos da Lei nº 52, de 12 de novembro de 2013, do Município de Santa Inês/MA, que estabeleceu os valores da tabela para cobrança da Contribuição de Iluminação Pública. Os magistrados invalidaram a lei durante o exercício de 2013, mantendo sua eficácia a partir do dia 10 de fevereiro de 2014.

A ação foi ajuizada pela Procuradoria Geral da Justiça, alegando ser a norma inconstitucional por ferir os princípios da legalidade, anterioridade e anterioridade nonagesimal – que proíbem ao Poder Público cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou,

e antes de decorridos 90 dias da data em que tenha sido publicada.

A relatora da ação, desembargadora Angela Salazar, esclareceu que a eficácia da lei deveria ocorrer apenas a partir de 10 de fevereiro de 2014, considerando a data de sua publicação e respeitando os princípios levantados pela Procuradoria Geral da Justiça. A magistrada entendeu estarem presentes os requisitos para a concessão da medida cautelar, apenas para suspender os efeitos da lei no período compreendido entre os dias 12 e novembro de 2013 e 9 de fevereiro de 2014.

Ângela Salazar citou entendimentos de outros tribunais e do Supremo Tribunal Federal (STF), que modularam efeitos de leis em casos semelhantes.

EDUCAÇÃO

O deputado estadual Othelino Neto (PCdoB) fez uso do grande expediente da Assembleia Legislativa para repercutir a decisão do TJMA que julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Maranhão, que questiona a Lei Estadual nº 10130/2014, de autoria do parlamentar, que proíbe a cobrança de taxa de reserva, sobretaxa ou quaisquer valores adicionais para a matrícula, renovação ou mensalidade de estudantes com Down, autismo, transtorno invasivo ou outras síndromes. Ele aproveitou para criticar, duramente, os argumentos e a atitude da entidade empresarial.